

Procuradoria Geral do Município - PGM

Processo Administrativo de Licitação nº 029/2023

Interessado: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Assunto: Parecer/Contratação Direta/Dispensa de Licitação/Contratação de empresa para o fornecimento de gás medicinal para uso hospitalar para atender as necessidades do município de Maracáçumé - MA.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93, art. 38, § único; Art. 24, II.

Análise jurídica do processo de Dispensa de Licitação nº 003/2023, que tem como objeto a Contratação de empresa para o fornecimento de gás medicinal para uso hospitalar para atender as necessidades do município de Maracáçumé - MA, nos termos das legislações pertinentes ao caso concreto.

PARECER JURÍDICO

Senhor Presidente,

Por força da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, vieram a esta Procuradoria os autos da Dispensa nº 003/2023, para fins de análise e parecer.

A Lei Federal de Licitações, em seu art. 38, prevê que deverão ser anexados aos processos de dispensa, pareceres técnicos ou jurídicos senão vejamos:

"Art. 38 -

O procedimento da licitação será iniciado com a abertura do processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

I.

II
III

IV.....

V.....

..

VI. Pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade.

A exigência para o procedimento licitatório está insculpida no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal e regulamentada pela Lei nº 8.666/93. Conforme se verifica no presente processo de dispensa de licitação, o valor a ser contratado é inferior a R\$ 17.600,00 (Dezessete mil e seiscentos reais).

E nesta situação, o artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93, alterado pelo Decreto Federal 9.412/2018 assevera o seguinte:

Procuradoria Geral do Município - PGM

“Art. 24. É dispensável a licitação:

.....

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

.....”

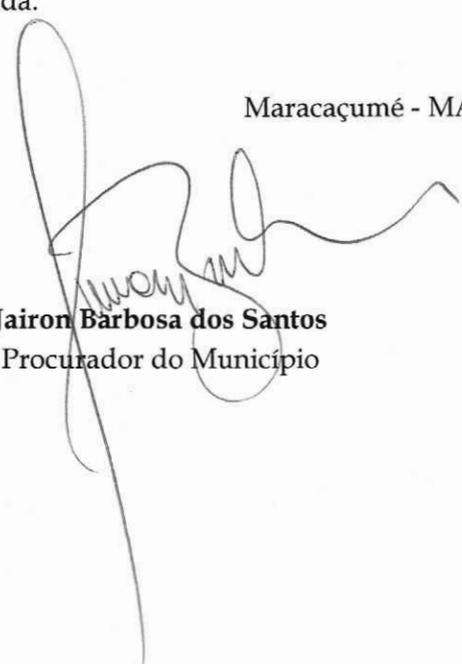
Cumpre-se salientar que a alínea “a” do inciso II do artigo anterior mencionado na norma citada imediatamente acima é a modalidade licitatória “carta convite”, cujo valor limite é até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) e portanto, sendo dispensável contratação no valor de 10% (dez por cento) deste valor (R\$ 17.600,00). Conclui-se portanto que o valor deste processo de dispensa está dentro dos limites legais.

De outro passo, deve ser verificada também a conformidade expressa no caput do art. 26, combinado com o respectivo parágrafo único, vislumbra-se que a instrução do procedimento de dispensa e inexigibilidade de licitação deve ser elaborada com a justificativa da situação que a ensejou, da escolha do prestador do serviço e do preço contratado. se estão coerentes com o procedimento aplicado pela Comissão Permanente de Licitação - CPL.

No caso vertente, após análise da referida Dispensa, constatamos que as exigências da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, estão adequados, o que nos leva a opinar pela sua aprovação.

Portanto, pelas razões acima expostas, somos favoráveis a ratificação do presente processo de dispensa de licitação para contratação da empresa no prazo de 30 (trinta) dias, conforme proposta apresentada.

Maracacumé - MA, 29 de março de 2022.



Jairon Barbosa dos Santos
Procurador do Município